



Info

Parlamento condena escalada de actos de violência racista e homófoba na UE

Os deputados adoptaram, por 301 votos a favor, 161 contra e 102 abstenções, uma resolução condenando os recentes actos de violência racista e homófoba em vários países europeus. O Parlamento Europeu lamenta também o aumento das agressões e das palavras de ordem e cânticos de índole racista que ocorrem nos estádios de futebol por parte de simpatizantes da ideologia neonazi.

Na resolução comum apresentada pelos grupos PSE, ALDE, Verdes/ALE e CEUE/EVN, aprovada em plenário a 15 de Junho, os deputados condenam firmemente todas as agressões de natureza racista e odiosa e instam as autoridades nacionais de todos os Estados-Membros a fazerem tudo o que estiver ao seu alcance para punir os responsáveis e combater o clima de impunidade em relação a esses casos. Na alteração oral que propôs em plenário ao § 2, e que foi aprovada, a deputada socialista francesa Martine **ROURE** sublinhou que é importante que o apelo à punição dos responsáveis se aplique "a todas as autoridades nacionais".

Um dos casos enunciados na resolução diz respeito à "tortura e homicídio terríveis de Gisberta, um transsexual que vivia na cidade portuguesa do Porto", cometidos em Fevereiro de 2006 por um grupo de adolescentes e pré-adolescentes menores.

Numa declaração de voto apresentada por escrito, o Vice-Presidente português do Parlamento Europeu, Manuel António **dos SANTOS** (PSE), explicou que, apesar de considerar muito positivo o essencial do conteúdo da resolução e de achar que é politicamente oportuna, não votou a favor. "As objecções – abstive-me – centram-se exclusivamente na introdução de uma referência a um caso português que, supostamente, indicaria a existência de uma forte cultura homofóbica em Portugal. O chamado caso Gisberta, ocorrido no Porto, é apenas um acto de delinquência juvenil julgado como tal pela sociedade portuguesa e tratado correctamente pelas autoridades judiciais. Não existe, portanto, qualquer razão para que este caso integre uma resolução deste teor e tanta importância", declarou o deputado.

Outro dos casos mencionados ocorreu em Espanha: a agressão de que foi vítima Fernando Ujiguilete, português de origem guineense, na localidade de Castellar del Vallès. Devido a esta agressão, de índole racista, Fernando Ujiguilete esteve internado vários dias num hospital.

Na resolução, os deputados referem ainda os seguintes casos:

- o assassinio premeditado de uma mulher negra de nacionalidade maliana e de uma criança belga da qual era ama, perpetrado em Antuérpia, em 12 de Maio deste ano,

por um jovem belga simpatizante da extrema-direita, o qual havia, momentos antes, ferido gravemente uma mulher de origem turca na tentativa de a matar;

- o homicídio de um jovem de 16 anos em Janeiro de 2006 e de outro de 17 anos em Abril de 2006, em Bruxelas; os deputados exprimem a sua indignação com "a cobertura destes crimes efectuada por alguns órgãos de comunicação social, que, em certas ocasiões, levaram à criminalização injustificada de comunidades inteiras por parte da opinião pública";

- a violação, tortura e assassínio de Ilan Halimi, no passado mês de Fevereiro, em França, por um "gang" de 22 pessoas de diferentes origens, expressando a sua particular preocupação face à dimensão anti-semita deste crime;

- o homicídio de Chaïb Zehaf, perpetrado em Março passado, em França, devido à sua origem étnica;

- o brutal ataque de que foi alvo um cidadão alemão de origem etíope, Kevin K., na aldeia de Poemmelte na Saxónia-Anhalt, em 9 de Janeiro de 2006, atendendo sobretudo à sua motivação racista;

- o ataque perpetrado contra Michael Schudrich, Grande rabino da Polónia, que teve lugar em Varsóvia, bem como as declarações de um destacado membro da Liga das Famílias Polacas incitando à violência contra a comunidade LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais) no contexto da marcha em prol da tolerância e da igualdade.

Os deputados manifestam também o seu desapontamento pelo facto de, no encontro que reuniu o Presidente José Manuel Barroso, os Comissários Frattini e Spidla e os líderes religiosos da Europa em 30 de Maio, não ter sido condenada a participação activa de padres ortodoxos russos na violenta marcha anti-gay e neonazi que teve lugar em Moscovo, em 27 de Maio.

O Parlamento Europeu condena ainda o aumento das agressões e das palavras de ordem e cânticos de índole racista que ocorrem nos estádios de futebol por parte de simpatizantes da ideologia neonazi.

Debate em plenário

Patrick **GAUBERT** (PPE/DE, FR) declarou que, se enquanto cidadãos nos devemos manter vigilantes, enquanto eleitos os deputados devem ser firmes e condenar energicamente estes comportamentos. "Calar é consentir". O deputado apelou aos países que não têm legislação contra o racismo ou contra a discriminação que adoptem leis para proteger os cidadãos – "a vontade política é essencial neste domínio". Explicando as razões pelas quais o seu grupo não assinou a proposta de resolução comum, Patrick GAUBERT afirmou que não se deve confundir "casos de agressão individuais em países que lutam contra o racismo e a homofobia com posições extremas tomadas abertamente por certos governos". Segundo o deputado, essas situações deveriam ser diferenciadas. A luta contra o racismo, a xenofobia, a homofobia "não é de esquerda ou de direita", concluiu, lamentando que o PE não possa falar a uma só voz sobre este combate comum.

Martin **SCHULZ** (PSE, DE) lamentou o facto de ainda se ter de debater actualmente como combater o racismo e a xenofobia. "É alarmante". O líder do PSE sublinhou que esta é uma luta que deve mobilizar "todas as forças democráticas, tanto de esquerda como de direita". Em sua opinião, devemos fazer uma retrospectiva e pensar no que motivou esta agressividade face a outras raças, religiões e orientações sexuais. "O que nos une é termos uma sociedade diversificada", lembrou, criticando quem promove esses ódios na política. "Espero que não tenham lugar neste Parlamento".

Referindo-se à lista de pessoas mencionadas na resolução, Sophia **IN'T VELD** (ALDE, NL) lamentou que tenham sido vítimas de "actos bárbaros" só pela cor da sua pele ou orientação sexual, congratulando-se com as marchas realizadas na Europa contra estes actos de violência e a favor da tolerância e da igualdade. A deputada insistiu que "a UE precisa de uma estratégia ambiciosa para se tornar campeã mundial em

direitos humanos", esperando que o Conselho avance depressa com a Agência dos Direitos Fundamentais.

Para Jean **LAMBERT** (Verdes/ALE, UK), nenhum país está isento de culpas. "Esta semana tomámos uma posição corajosa sobre Guantânamo. Devíamos fazer o mesmo em relação aos nossos próprios Estados-Membros", sublinhou. "É muito fácil ser duro em relação a países terceiros, mas é muito mais difícil sê-lo em relação a certos aspectos nos nossos países, e isso é vergonhoso".

Vittorio **AGNOLETTI** (CEUE/EVN, IT) sublinhou que a UE deve contrariar o aumento da violência homofóbica, sobretudo na Polónia, onde a Gay Pride só foi aceite após intensa pressão europeia. O deputado referiu que o seu grupo não hesitará em apoiar eventuais sanções políticas ao abrigo do artigo 7º do Tratado UE.

Wojciech **ROSZKOWSKI** (UEN, PL) pediu prudência na análise dos factos, caso contrário "corremos o risco de exacerbar conflitos em vez de os resolver".

Bogdan **PEK** (IND/DEM, PL) considera que se está a estabelecer uma imagem muito negativa da Polónia. "A Polónia é historicamente um dos países mais tolerantes da Europa", afirmou. "Não podemos deixar que a luta contra o racismo e a xenofobia seja uma arma dos partidos de esquerda contra os governos de direita", concluiu.

Maciej **GIERTYCH** (NI, PL) fez uma crítica aberta ao líder do PSE: "Nós estamos contra a promoção da homossexualidade e de actos imorais. Claramente há um desacordo entre os nossos princípios morais e os de Martin SCHULZ", afirmou. O deputado terminou o seu discurso dizendo que a Alemanha deveria concentrar-se na "luta contra a intolerância dentro das suas fronteiras, sobretudo face aos cidadãos polacos".

Contacto :

Isabel NADKARNI

Serviço de Imprensa - Sector Português

E-mail: imprensa-PT@europarl.europa.eu

BXL: (32-2) 28 32198

STR: (33-3) 881 76758

Gisela OLIVEIRA

Serviço de Imprensa - Estagiária

Tel.: (32-2) 28 31708

E-mail: stagdirmed5@europarl.europa.eu